



Artigo original

NEM GUERRA, NEM PAZ: a violência em contextos de paz formal em Moçambique

Ricardo Raboco¹ e Teresa Almeida Cravo²

¹Universidade Alberto Chipande (UNIAC), Moçambique

²Universidade de Coimbra, Portugal

RESUMO: Este texto analisa criticamente a dissonância entre, por um lado, o entendimento formatado de violência e paz tanto na literatura *mainstream* como no discurso dos líderes políticos e, por outro, a experiência de violência e de paz vivida diariamente no terreno pelos cidadãos. Adoptando a abordagem teórica dos Estudos para a Paz, o estudo debruça-se sobre a actualidade moçambicana e a violência que assolou o país entre 2012 a 2018, explorando o que se passou no terreno e o que é invisibilizado tanto pela literatura *mainstream* como pelas elites políticas em Moçambique e as implicações disso no processo de construção e consolidação da paz estrutural.

Palavras-chave: Moçambique, paz, reconciliação, violência.

NEITHER WAR, NEITHER PEACE: violence in formal peace contexts in Mozambique

ABSTRACT: This chapter critically analyses the dissonance between, on the one hand, the understanding of violence and peace based in both mainstream literature and in the speech of political leaders and, on the other hand, the experience of violence and peace experienced daily by citizens in their communities. Adopting the theoretical approach of Studies for Peace, the study focuses on the Mozambican current news and violence that ravaged the country between 2012 and 2018, exploring what happened in the local communities which is invisible by both mainstream literature and political elites in Mozambique and its implications for the process of building and consolidating structural peace.

Keywords: Mozambique, peace, reconciliation, violence.

Correspondência para: (correspondence to:) riraboco@gmail.com

INTRODUÇÃO

Moçambique, frequentemente apontado como um caso de sucesso de transição de guerra para paz (DELLA ROCCA, 1998, 2012; GENTILI, 2013; GUJAMO, 2016), 20 anos após os Acordos Gerais de Paz (AGP), em Roma, em 1992, voltou a assistir entre 2012 e 2018 cenários de confrontos violentos entre o Governo e as forças residuais da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Tanto o Governo como a RENAMO rejeitam a ideia de retorno à violência. “Não se está em guerra” e que “a nação rica em energia permanece atractiva aos investidores” (ARMANDO GUEBUZA, 2014). Ademais, “não foram essencialmente, as

confrontações militares que provocaram deslocação das populações, mas sim, a seca que assola uma parte da região da província de Tete e que faz fronteira com o Malawi” (FILIPE NYUSI, 2016). Assim sendo, “a construção de infraestruturas sociais para travar este movimento migratório seria a solução” (CONSELHO DE MINISTROS, 2016).

A população, pelo contrário, salienta níveis altos de violência e faz comparações com a guerra de 1976-1992: “Moçambique vive uma situação de guerra não declarada” (LOURENÇO DO ROSÁRIO, 2013); de facto, “fugimos da guerra porque queimaram as nossas casas, algumas com pessoas lá dentro, celeiros de milho e outros

bens” (Relatos de Refugiados, Stv, 2016); “isto lembra-nos a guerra fratricida dos 16 anos, na qual perdemos os nossos parentes” (CARLITO MAINATO, 2013; MARIA FAMBAONE, 2016).

O presente capítulo explora as seguintes questões: como explicar a dissonância entre o entendimento formatado de violência tanto na literatura como no discurso dos actores políticos e a experiência de violência vivida no terreno? como se reproduzem estes discursos dominantes e se silenciam os discursos das populações? quais as implicações da sua invisibilidade para a construção de uma paz estrutural em Moçambique?

As definições minimalistas de violência e de paz encontradas tanto na literatura dominante assim como nos actores políticos resultam das limitações epistemológicas e ontológicas da literatura dominante sobre a paz e conflitos, cujo efeito é silenciar ou apagar a história do sofrimento a que as populações no terreno estão sujeitas diariamente, perpetuando, por um lado, o *ethos* de violência, e por outro, uma agenda de pacificação que não conduz à paz estrutural.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira fase consistiu na análise bibliográfica e documental, incidindo esta sobre o exame da literatura secundária sobre a paz e a violência, bem como dos depoimentos das populações captados pelos *media* locais, nacionais e internacionais. A segunda fase dedicou-se à pesquisa de terreno intensiva e prolongada, com duração de dois anos (2016-2018), realizada na zona centro do país, em particular nas províncias de Sofala e Zambézia, assim como a visitas aos dois centros de refugiados de Kapise e Lwani, no Malawi. Esta metodologia incluiu as técnicas de observação: *focus groups* e entrevistas semi-estruturadas.

O capítulo é estruturado em três partes. A primeira, analisada à luz dos Estudos para a

Paz, procura posicionar criticamente o cenário actual de Moçambique no contexto da violência vivida em situações de paz formal. A segunda, discorre sobre os factores que expliquem a dissonância das concepções de violência entre a literatura *mainstream* sobre paz e conflitos e os discursos dos actores políticos, por um lado, e as experiências de violência vividas diariamente pelas populações, por outro. A terceira, reflecte sobre como se reproduzem os discursos dominantes e se silenciam os discursos das populações, especificamente as implicações para a paz estrutural no país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS DE PAZ E DE CONFLITOS: guerra, violência e paz

Tradicionalmente, existem duas perspetivas de mapeamento dos padrões de conflitos violentos. As perspetivas qualitativas de estudos de casos particulares baseadas em processos e as quantitativas baseadas numa recolha de dados suficientemente amplos para permitir, através do seu tratamento estatístico, estabelecer relações probabilísticas globais que configurem princípios teóricos (SMALL e SINGER, 1994; GLEDITSCH *et al.*, 2002; PFETSCH, 2002; FEARON e LAITIN, 2003; SARKEES *et al.*, 2003; RALEIGH *et al.*, 2010; BALCELLS, 2011; ECK, 2012). Dentro das abordagens quantitativas pode encontrar-se vários projetos que se dedicam à codificação e categorização de eventos que podem ou não ser considerados guerra, dentre os quais se destacam *Correlates Of War* (COW); *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP); *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED); *Conflict Simulation Model* (COSSIMO).

A propósito da proliferação de vários projectos que estabelecem gradações econométricas para definir guerra, examinando os dados produzidos pela UCDP, COSIMO e pelo COW, Eberwein e Chojnacki (2001: 8) concluíram que: *the real world is one, but the data on violent*

conflicts suggest different worlds of violence. Modificando a célebre afirmação de Alexandre Wendt sobre a construção social da anarquia no sistema internacional, sentenciam *the state (world) of violence is what researchers make of it* (EBERWEIN e CHOJNACKI, 2001, p. 29).

Estas escolas têm em comum a unidade de análise que é a guerra – guerras para controlo de território e por separação ou autonomia ou de mudança de políticas públicas (SARKEES *et al.*, 2003, p. 59; EBERWEIN e CHOJNACKI, 2001, pp. 10-11; WALLENSTEEN *et al.*, 2011, pp. 1-2). Elas se diferenciam pelo limiar de fatalidades, isto é, quantas mortes são necessárias para que um dado evento seja considerado guerra ou não-guerra. Com efeito, é entendido como guerra uma ação militar interna sustentada entre dois ou mais atores, um dos quais deve ser o governo nacional, envolvendo fatalidades substanciais: mais de 1000 mortes relacionadas com o combate durante um ano (COW) (SMALL e SINGER, 1994).

Dentro do COW surgiram outras leituras que incluem, no seu limiar de mortes, vítimas civis, tidas como sendo desproporcionalmente afetadas por desastres humanitários. Assim, um evento pode ser caracterizado como guerra quando excede 1000 mortes por ano (COLLIER e HOEFFLER, 2002), ou quando, cumulativamente, resulta em mais de 1000 mortes em 3 anos (FEARON e LAITIN, 2003), ou ainda quando contabilize 100 a 500 mortes por ano e resulte em mais de 1000 mortes dentro de três anos (SAMBANIS, 2004, pp. 820-831).

Estas percepções são consentâneas às formas de conflitualidade violenta tradicionais nas quais a violência ocorre na esfera pública. Contrariamente, e no exemplo do recente renovar da conflitualidade violenta (2012 a 2019) as comunidades da zona centro do país foram simultaneamente o palco e o alvo da violência, o que tornava difícil distinguir as

unidades de combate envolvidas da população civil.

Na verdade, a partir da observação e dos relatos colhidos no terreno foi possível anotar, o uso, por exemplo, de crianças para acções de reconhecimento e informação; de armas pequenas, fáceis de transportar e que podiam ser manuseadas sem qualquer treinamento; novas tecnologias, como celulares; novos métodos para obter o controlo político, juntamente com a instauração e a manutenção de um clima de ódio, medo e insegurança decorrentes das alianças e alinhamentos “ideológicos” pré e durante o conflito entre as facções beligerantes e as comunidades locais. Adicione-se a isto a existência de grupos, como por exemplo, os *nacatanas* que, usando armas brancas e servindo-se da existência de dois mundos intransponíveis porque pertenciam a esta ou aquela facção, iam cometendo assaltos às populações locais e refugiando-se para zonas ou espaços opostos.

Estas características de violência tornaram as diferenças entre zonas de combate e zonas de paz menos claras do que as guerras descritas e analisadas por aquelas bases de dados. Assim sendo, perante a esta dificuldade de distinguir o civil do militar e de zonas de guerra e de paz, torna-se difícil, igualmente, contabilizar e identificar nas baixas da guerra quem são ou não militares, bem como que tipo de evento se trata: guerra ou conflitos marginais e de baixa intensidade, e, talvez por isso muito menos visíveis do que os conflitos considerados mais centrais, como o da guerra dos 16 anos (1976-1992).

Essas formas de violência que não se conformam aos padrões econométricos de guerra com actores, técnicas e estratégias “atípicos” são e devem ser reconhecidas académica e politicamente como conflitos violentos sérios com impactos profundos a nível local e não só. Caso contrário, silenciam-se formas de violência e, por conseguinte, mecanismos da sua antecipação, como é discutido mais adiante.

Semelhante abordagem sobre a guerra é desenvolvida pela UCDP/PRIO. No entanto, contrariamente ao COW, esta base de dados estabelece um limite em termos de intensidade do uso da violência, envolvendo militares. Desse modo, desenvolve três subconjuntos de conflitos violentos. O primeiro é o conflito armado cujos limiares de fatalidades variam entre 25 e 1000 mortes durante o período que o conflito durar. O segundo é o conflito armado intermédio com os limiares de fatalidade a contabilizarem 25 mortes durante um ano e mais de 1000 mortes durante todo o conflito. O terceiro é o conflito armado de maior intensidade, isto é, a guerra civil, envolvendo no mínimo 1000 mortes durante um único ano (GLEDITSCH *et al.*, 2002, 2015; OSTBY, 2011; HEGRE, 2012).

Curiosamente, a base de dados da UCDP/PRIO contabilizava, em 2018, 58 mortes relacionadas com o combate, envolvendo militares. Assim, não se estava em sede de uma guerra, mas sim, de um conflito de baixa intensidade. Ora, tanto a UCDP/PRIO quanto outras bases de dados econométricas, a figura de vítima é cristalizada num dano físico fatal.

No entanto, as experiências captadas no terreno demonstram que ela vai além disso, pois esta figura emerge no sentido moral e psicológico independentemente do tipo de actor, se civil ou militar e do contexto em que foi provocado, na linha de fogo ou não. Por esta razão, e tendo em conta a realidade observada, um conflito violento deve ser estudado em função das suas feridas físicas – independentemente do tipo de vítima que produz -, morais e psicológicas. Esta visão não é isenta de desafios. Por um lado, devido à necessidade de reconhecer e atenuar o sofrimento, por exemplo, de mães e esposas que naquelas regiões não conseguem entrar no “processo de luto” porque não há cadáveres para lamentar, pois nada se sabe sobre o destino dos seus filhos ou esposos desaparecidos e sobre a localização dos seus corpos. Por outro,

tendo em conta o reconhecimento por parte das elites político-militares sobre estas situações.

Nesse processo, captar essas formas de violência que vão além dos limiares de fatalidades é fundamental, pois ouvir as experiências comunitárias sobre o processo alarga não só a noção de violência, como também os mecanismos e programas de reconciliação a ter em conta no pós-conflito. O objectivo deste exercício não é um confronto público com as narrativas comunitárias, mas, pelo contrário, permitir que as relações íntimas de pessoas desaparecidas entrem, individualmente e em um espaço privado, em “processo de luto”.

Criticando aqueles critérios pela sua excessiva concentração num limite numérico de mortes para identificar o que constitui uma guerra, e pela não inclusão de outras dimensões, por exemplo, o sofrimento, emergiram projectos que abraçam uma abordagem de nível micro, isto é, centrada em níveis sub-nacionais ou individuais de análise de conflitos violentos (BALCELLS, 2011; ECK, 2012, p. 2). Essa abordagem gerou dois tipos de projectos, nomeadamente o projecto *Armed Conflict Location and Event Data* (ACLED), que se centra nos eventos, e o projeto *Conflict Simulation Model* (COSSIMO), centrado em processos.

O projecto ACLED cobre actividades que considera violentas (batalhas; violência contra civis; violência remota¹ e tumultos) e não-violentas (movimentação de tropas; criação de bases militares ou sedes locais pelos insurgentes; demonstrações militares; comícios; discursos; as negociações de paz; protestos e prisões de alto nível), que ocorrem tanto dentro como fora do contexto da guerra civil, indicando o local, data, actores, eventos e notas contextuais (RALEIGH *et al.*, 2010, pp. 651-654; RALEIGH e DOWD, 2016, p. 3). A unidade fundamental de análise é o evento. Este resulta da interacção diádica ou

monádica entre os agentes, podendo ser violento e não-violento.

No entanto, esta abordagem tem limitações. A primeira é o facto de não especificar o que constitui um conflito armado, o que torna difícil determinar que tipo de comportamento está incluído ou excluído dessa categoria. Além disso, não faz a distinção dos eventos conflituosos em termos da sua intensidade letal (WEIDMAN, 2011). Isto significa que todos os eventos têm o mesmo peso. Por exemplo, a asfixia de 100 pessoas numa cela da polícia em Montepuez, Cabo Delgado, a 22 de novembro de 2000, constitui um evento único para ACLED, como o faz com um atirador que mata alguém na cidade de Maputo. Os dois eventos são considerados como sendo violência contra civis, portanto, indistinguíveis no conjunto de dados da ACLED (ECK, 2012, p. 4). A segunda reside na sua dependência excessiva às fontes de informação secundária – fontes dos *media* local, regionais e de agências humanitárias (ECK, 2012, pp. 3-4).

O projecto COSSIMO analisa os conflitos políticos, tomando como base os processos, isto é, actores, meios e causas do conflito, bem como a intensidade da mesma. Esta base de dados não se curva a limiares puramente quantitativos. Assim, o conflito político é constituído pelas interações entre actores (indivíduos, Estados, organizações internacionais), meios (de interação, regulares ou não, entre actores) e causas (bens ou fins materiais e não materiais, em disputa) (PFETSCH, 2015, pp. 8-10). A intensidade é, para esta perspectiva, uma característica essencial dos conflitos. Varia de um “conflito latente” e uma crise “não-violenta” para uma crise violenta, guerra limitada e guerra. Com efeito, é medida através da soma de meios empregados nos mesmos, como o tipo de armas, a quantidade de pessoal envolvido, mortes ocorridas, destruição efetuada (sobre infraestruturas, economia, moradias ou cultura) e a quantidade de refugiados

(PFETSCH, 2002; PFETSCH, 2015, p. 8-10; FERREIRA e SANT’ANNA, 2015, p. 25).

As três fases são mensuradas em função de cinco dimensões que indicam os meios (utilizados) e suas consequências. A dimensão dos meios envolve o uso de armas e pessoal. Por sua vez, a dimensão das consequências considera o número de vítimas, os níveis de destruição e refugiados e deslocados internos. Na dimensão de armas avalia-se o teor bélico e a gravidade do seu emprego – armas leves ou pesadas. Em relação ao pessoal, analisa-se o pessoal empenhado em combate (baixo, ≤ 50 ; médio, $< 50 \leq 400$; elevado, > 400). Número total de vítimas do conflito (baixo, ≤ 20 ; médio, $< 20 \leq 60$; elevado, > 60). Quanto à destruição analisa-se quatro dimensões consideradas fundamentais para as populações civis: infraestruturas, alojamento, economia e cultura (baixo, quando não se regista nenhuma das quatro dimensões; médio, sem a primeira e a segunda; elevado, sem a terceira e a quarta). Por fim, o número total de refugiados transfronteiriços, bem como pessoas deslocadas internamente (baixo, ≤ 1000 ; médio, $< 1000 \leq 20.000$; elevado > 20.000) (PFETSCH, 2015, pp. 9-10).

Os escassos dados e aqueles já disponíveis² indicam que em 2015 cerca de 97 escolas e 36 mil alunos ficaram sem aulas nas províncias centrais da Zambézia, Sofala, Tete e Manica (JORNAL *O País*, 2016), e havia cerca de 11.500 refugiados no Malawi e milhares de deslocados internos (ACNUR, 2016). Outros dados revelam que o conflito caracterizado pela utilização de armamento de alto teor bélico - B10 e B11 e *rockets* (CRISTÓVÃO CHUME, 2014)³. Nessa altura, havia um registo de 113 mortes e 180 feridos entre civis e militares⁴.

Esses dados cresceram à medida que o conflito foi atingindo o pico. Nesse contexto, a partir das dimensões analíticas oferecidas pela COSSIMO, o cenário de Moçambique enquadrar-se-ia numa situação de guerra limitada, mas

caracterizado pelo emprego de meios elevados, o número de deslocados internos, refugiados, bem como os níveis de destruição foram avassaladores.

Todavia, a questão principal é como mensurar as destruições (infraestruturas, alojamento, economia e cultura) e as vítimas civis se, por exemplo, o pós-conflito tem sido mapeado por pactos de acomodação de/e entre as elites político-militares e não entre estas e as comunidades afectadas directamente pela conflitualidade violenta. Nisso, os casos mais ilustrativos, e pouco explorados pela pesquisa académica no que os seus efeitos na paz dizem respeito, são as amnistias recorrentes que, na sua essência, salvam o Estado, mas não curam a sociedade. Enterram o passado e silenciam o sofrimento, o luto e as vozes comunitárias sobre as experiências de violência.

De qualquer das formas, ao se fixar em processos, a abordagem COSSIMO pouco se preocupa com questões de agência individual e colectiva envolvidas em conflitos violentos (BALCELS, 2011; BALCELS e JUSTINO, 2014; THALER, 2015). Além do mais, não aprofunda a natureza, os valores e bens em disputa, bem como a importância dos mesmos para os actores (BIERMANN *et al.*, 1999, p. 172). Por isso, tanto esta como as outras perspectivas econométricas sobre conflitos violentos são, epistemológica e metodologicamente, contestadas por autores mais críticos (PORTER, 1995, 2008, 2012; GALTUNG, 1969, 1990; MAC GINTY, 2008; RICHMOND, 2009), pois silenciam as narrativas e experiências de violências por que passam as populações no dia-a-dia.

Assim sendo, buscar aquelas narrativas, implica, como foi dito atrás, aprimorar as técnicas de construção da paz de baixo para cima através de diálogos intracomunitários e entre estes com as elites político-militares. A importância desse exercício reside na possibilidade de adoptar políticas públicas sobre os programas de coexistência entre

comunidades que se “vendiam mutuamente”, tais como: tipos de treinamentos para a gestão de conflitos devem ser colocados em marcha e programas e conteúdos de educação para a paz. Trata-se, aqui, de uma abordagem que se foca na transformação do silêncio individual e colectivo para enfatizar a abertura e o diálogo interior e exterior entre as diferentes narrativas e, por via disso, cristalizar as relações entre os membros da comunidade.

De facto, no conflito violento que assolou a região centro do país entre 2012 e 2019, o controlo da população civil foi determinante para a vitória nas diversas batalhas travadas entre as partes. Os civis foram usados quer como escudos humanos, quer como agentes de inteligência e contra-inteligência. Daqui resultavam, em função das simpatias e inserção desta ou daquela facção beligerante, denúncias de aparentes colaborações que levavam punições públicas, raptos, e consequentes desaparecimentos de membros das comunidades, torturas e execuções sumárias. Portanto, como relatavam as comunidades “vendiam-se uns aos outros”.

Ora, num contexto em que quer na literatura *mainstream*, quer no discurso das elites político-militares, o silenciamento dessas experiências de guerra é prática, explorar narrativas alternativas afigura-se fundamental para contestar as limitações do próprio conceito de guerra e das políticas públicas para sua antecipação ou erradicação.

As finalidades dessas práticas assentam na construção de uma paz estrutural do que na política internacional e nacional de construção e consolidação da paz que se concentram nas elites e nas formas institucionais. Com efeito, são um passo importante para uma concepção individualista e relacionista subjacente ao funcionamento e mudança social. Como tal, o indivíduo é, nesse processo, o único verdadeiro agente de paz. Uma paz que poderá tornar-se uma cultura partilhada

graças à partilha de vivências individuais e comuns de violência.

Crítica epistemológica e metodológica aos estudos de paz e conflitos

O critério de medição da violência, centrado na larga escala, tem sido contestado por autores mais críticos dos Estudos para a Paz por representar uma agenda essencialmente minimalista, positivista e centrada nos estudos quantitativos (PUREZA e CRAVO, 2005; CRAVO, 2016), enquanto invisibiliza e naturaliza as manifestações de violência consideradas “menores” (GALTUNG, 1969; KALYVAS, 2006; BALCELLS, 2011; SCHEPER-HUGHES, 1996; FARMER, 2004; NORDSTROM, 2004). Aliás, a própria trajetória do conceito de guerra mostra como sempre foram existindo zonas de indefinição – “nem guerra nem paz – que, por serem insusceptíveis de encaixar dentro da categorização dicotómica rígida, foram sendo remetidas para uma espécie de gaveta de diversos (PUREZA, 2011). Os eufemismos usados para caracterizar o cenário de Moçambique entre 2012 a 2019 – guerra de baixa intensidade, tensão político-militar, desestabilização, guerra localizada, acção de malfetores, entre outros – são disso o exemplo.

Nesse diapasão, uma das críticas epistemológicas, senão a principal, que é dirigida à literatura econométrica tem a ver com o facto de a quantificação ser uma tecnologia de distância fundada na excessiva confiança em números. De facto, a confiança em números e a manipulação quantitativa minimiza a necessidade de conhecimento mais profundo sobre a realidade quotidiana da localidade e da comunidade, o que concorre para tornar as populações em objectos manipuláveis. Assim, a quantificação se transforma em discursos e práticas altamente disciplinadas que ajudam a produzir conhecimento independente das fontes ou dos sujeitos que o vivenciam (PORTER, 1995).

Com efeito, a quantificação não só é uma poderosa agência de padronização e normalização da realidade, como também uma forma de projetar o poder sobre territórios, cuja preocupação fundamental gravita em torno de como administrar o mundo, mais do que compreendê-lo (SMITH *et al.*, 1994; KEN, 2002). Por outro lado, a confiança nos números evita as questões profundas e importantes sobre a produção do conhecimento, pois a realidade é construída a partir do artifício que permite a uniformização do raciocínio (PORTER, 1995; STEPHEN, 1999).

Neste contexto, os números são ainda poderosas ferramentas de descentralização, que reforçam formas indirectas de poder. De facto, enquanto referências e indicadores, eles fornecem meios para atores hegemónicos poderem intervir sob forma de uma autoridade central para disciplinar ou impôr ordem nas periferias violentas (PORTER, 2012). Esses números desfrutam de uma relação simbiótica com uma parte das ciências sociais modernas, no caso vertente dos estudos de paz e conflitos, que tipicamente têm sido impacientes com a profundidade histórica e cultural, preferindo a descrição e prescrição fina (DESROSIÈRES, 1993; DESROSIÈRES, 2004).

A descrição fina, no entanto, fornece apenas a oportunidade de inventar números engraçados e, por via disso, legitimar a ação e poder de intervenção de atores hegemónicos. Números engraçados fizeram a sua descoberta em aliança com uma ética da prescrição fina. Prescrição fina significa julgar pessoas, instituições ou Estados por alguns números ou, idealmente, um número (PORTER, 2012).

Do ponto de vista metodológico, estas perspectivas ostensivamente técnicas e econométricas de gradação de conflitos violentos silenciam por completo as vozes e narrativas daquelas que estão e são afetados pelo dia a dia da violência. A substituição da opinião, das vivências, dos sentimentos e das percepções por números, por um lado,

não capta a incidência e complexidade da violência a que os não-combatentes estão sujeitos (GALTUNG, 1969, 1990; AZAM *et al.*, 2002; BALCELLS, 2010; BALCELLS, 2011) e, por outro, ignora a informação contextual, podendo distorcer as explicações causais e produzir uma visão e solução de paz não sustentável a longo prazo (RALEIGH e HEGRE, 2009; RALEIGH *et al.*, 2010).

De facto, ao serem marcadamente positivistas, o *mainstream* dos estudos de paz e conflitos, confinam e direcionam a sua investigação para a contraposição entre factos e valores, centradas na recolha e análise quantitativa e não valorativa de dados sobre conflitos violentos. Desse modo, a investigação encontra-se, assim, limitada no seu conceito de paz – apresentando-se, na sua formulação negativa, como ausência de guerra – e, consequentemente, na sua agenda – vincadamente minimalista, procurando apenas reduzir a incidência e extensão dos conflitos (PUREZA e CRAVO, 2005; CRAVO, 2016).

Decorrente disto, existe um viés no sentido de utilizar o Estado, a burocracia e processos políticos formais, como por exemplo, a partilha do poder ou sua ausência, como lentes para interrogatório de uma propensão para o conflito violento ou para a paz e, por conseguinte, adotar uma abordagem de gestão de conflitos violentos que aceita os parâmetros ou estruturas dentro das quais a violência ocorre e se contenta em consertar o problema imediato, sem, no entanto, desafiar as meta-estruturas sobre as quais assenta o conflito violento (MAC GINTY, 2008; RICHMOND, 2009).

Os acordos de paz em Moçambique são, disso, exemplo. De facto, tanto em 1992, como em 2014 e 2019, as facções beligerantes conceberam, com apoio da comunidade internacional, diversos dispositivos pós-conflito que são mais ou menos integrados nos tratados de paz, contendo programas de reforma institucionais centrais cessação de

hostilidade militares, programas de desenvolvimento económico, amnistias entre outros, que visavam, na sua essência, (re)construir as condições de coexistência e pacificação entre as elites político-militares. Muito pouca atenção foi dada às comunidades locais, às suas instituições e elites. Como consequência, as causas das armas se mantêm latente e estrutural.

Além do mais, a sua unidade de análise – guerra – é inflexível, pois privilegia o estudo da guerra em vez de estudar a violência em todas as suas formas de manifestação. Como resultado, o que não cabe nessas gradações “dicotómicas e rígidas é submetido a uma espécie de categorias de diversos, com terminologias como guerras de baixa intensidade ou guerras irregulares” (PUREZA, 2011, p. 19). Por outro lado, a sua orientação metodológica tem sido cada vez mais influenciada pela escolha racional e pelas perspetivas econométricas (MAC GINTY, 2008, p. 146) e não pelas experiências de violências vividas pelos cidadãos, dando, por consequência, imagens de diferentes guerras e não de diferentes violências (SCHEPER-HUGHES, 1996; NORDSTROM, 2004; FARMER, 2004; BOURGOIS, 2011).

Nesse contexto, e em contraposição aos Estudos dos Conflitos – que opõe a guerra à paz –, os Estudos para Paz contrapõem a paz à violência (GALTUNG, 1969), e com um olhar valorativo propõem uma redefinição de paz e violência que vai muito além da noção dominante de violência (cujo extremo é a morte) e de paz como sua ausência (CRAVO, 2016). A partir desse olhar, Galtung (1969; 1990; 1996; 2005) defende uma ferramenta teórico-analítica que explore a violência em todas as suas dimensões e tendo a paz como o valor central.

A PAZ COMO AUSÊNCIA DO EVERYDAY VIOLENCE

Na década de 1960, rompendo com o paradigma realista como modelo de

interpretação do fenómeno da paz e da guerra, radicada na contraposição entre factos e valores, atribuindo prioridade epistemológica aos primeiros sobre os segundos (PUREZA, 2000, p. 36), Galtung criou um quadro teórico mais amplo que pretendia lidar não só com a questão da guerra, mas também com questões de desigualdades estruturais agudas (MATSUO, 2007, pp. 18-19). Assim, Galtung protagoniza o ressurgimento da teoria normativa afirmando o compromisso com os valores, especialmente o da paz (PUREZA e CRAVO, 2005, pp. 7-8). A chave para a sua proposta de uma nova definição de paz era um novo conceito de violência (GALTUNG, 1969).

Com efeito, Galtung define a violência como tudo aquilo que impede a plena realização das potencialidades humanas. É algo que produz uma lacuna entre os potenciais físicos e mentais dos seres humanos e suas condições reais (GALTUNG, 1969, p. 168). A partir desta perspectiva, os fenómenos tais como pobreza, desigualdades sociais, opressão, falta de autonomia e exclusão sociopolítica, podem ser vistos como sendo manifestações de violência em desenvolvimento e, a sua eliminação deve ser encarada como condição necessária de paz (MATSUO, 2007, p. 18-19).

Ao classificar a violência, Galtung estabelece uma trilogia – violência direta, violência cultural e violência estrutural – à qual contrapõe a trilogia da paz – paz direta, paz cultural e paz estrutural. Assim, violência direta seria um ato intencional de agressão, constituindo um facto. A violência estrutural está enraizada nas estruturas e se manifesta como desigualdades de poder entre grupos e, por conseguinte, como oportunidades de vida desiguais, com flutuações ao longo do tempo (GALTUNG, 1969, pp. 169-171). A violência cultural incorpora alguns aspetos da cultura que podem ser usados para justificar ou ainda legitimar a violência direta e estrutural, portanto, é uma

permanência (GALTUNG, 1990, p. 291-293).

Do ponto de vista teórico, interessa no caso em análise a violência estrutural que, pelo seu carácter de invisibilidade e de difícil identificação do sujeito da violência, concorre para silenciar o sofrimento e, no caso presente, as experiências de violência vividas diariamente pelas populações afectadas pelo conflito violento na zona centro do país.

Trata-se de um tipo de violência que se expressa sob formas de injustiça social, de exclusão sociopolítica e, encontra na repressão e na exploração as suas expressões concretas (GALTUNG, 1969, p. 172-175; GALTUNG, 1988, p. 271-272). Neste processo, a estrutura funciona como o seu veículo transmissor e, quando começa a ser ameaçada, os que dela se beneficiam, tenderão a preservar o *status quo*, protegendo os seus interesses, mesmo que para tal seja necessário o recurso a violência direta e pessoal (PUREZA e MOURA, 2004, p. 159).

Este tipo de violência é silenciosa, indireta, aparente e simbólica. Todavia, contém muito mais violência em virtude das suas estruturas repressivas (GALTUNG, 1969, p. 172-175; FARMER, 2004, p. 307-317). De facto, como assegurou Paul Farmer enquanto certos tipos de sofrimento são facilmente observáveis e objecto de inúmeros filmes, romances e poemas, a violência estrutural, muitas vezes, vence a quem poderia ou queira descrevê-la. A este respeito, para melhor compreender e descrever a vida social em contexto de violência estrutural, é necessário incluir os resultados adversos e a ela associados, por exemplo, lesão, subjugação, estigmatização e o silenciamento de narrativas de vida e de sofrimento (FARMER, 2004, p. 307-308).

Por isso, este texto defende a necessidade adopção de uma abordagem que dá primazia às experiências de violência vividas pelas populações, explora as suas narrativas e, ao mesmo tempo, questiona a

visão que as tende a negligenciar e silenciar. Além disso, defende a necessidade da inclusão das populações silenciadas no processo de construção da paz estrutural – elemento central para a reconciliação nacional. E, à luz dos Estudos para a Paz, que com um olhar valorativo propõem uma redefinição de paz e violência que vai muito além da noção dominante de violência (cujo extremo é a morte) e de paz como sua ausência.

Portanto, é preciso, dar especial atenção àquelas formas de violência não mensuráveis, é imperioso desenvolver um quadro de investigação que capta as práticas diárias e expressões de violência ao nível microinteraccional e interpessoal, ou seja, a experiência vivida pelo(s) indivíduo(s) que normaliza brutalidades e terror ao nível das comunidades, criando, por consequência, um *ethos* de violência (SCHEPER-HUGHES, 1992; SCHEPER-HUGHES, 1996). Assim sendo, a paz e a violência são aqui vistas como um *continuum* (NORDSTROM, 2004, FREIRE e LOPES, 2008; BOURGOIS, 2011) cuja (re)construção ou superação assentam na criação de instituições políticas que expressem e corporizem as diferentes narrativas e, por via disso, viabilize o processo de reconciliação nacional.

Aliás, o cerne das práticas de construção e consolidação da paz de cima para baixo fundadas no diálogo entre diferentes narrativas está assente na hipótese segundo a qual o indivíduo é o motor da mudança social e, portanto, o único verdadeiro pacificador. Nesse sentido, a reconciliação seria resultado de uma mudança cognitiva profunda em de cada indivíduo cuja essência envolve “processos socio-psicológicos que consistem em mudanças de motivações, objectivos, crenças, atitudes e emoções por parte da maioria dos membros da comunidade” (BAR-SIMANTOV, 2004, p. 12).

ENTRE GUERRA E NÃO GUERRA: os discursos das elites políticas moçambicanas

O período que vai de 2012 a 2017 foi considerado pela elite governamental e da Renamo como sendo de “tensão política e militar” e não de guerra, pois não havia nenhuma declaração oficial nesse sentido. Esta posição foi, muitas vezes, defendida, recorrendo-se da alínea a do artigo 161 da Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004) que diz: “no domínio da defesa nacional e da ordem pública, compete ao Presidente da República declarar a guerra e a sua cessação, o estado de sítio ou de emergência”.

Entretanto, vários autores caracterizaram-no como de “guerra não declarada, mas de baixa intensidade e localizada”, pois havia uma espiral de ataques quer a alvos civis, quer a alvos militares, no centro e com alguns focos no norte do país, embora não houvesse uma declaração oficial de guerra (VINES, 2013; BRITO, 2014; VINES, 2013; WIEGINK, 2015; FORQUILHA, 2017; WEIMER e CARRILHO, 2017; DARCH, 2018). Ademais, contrariamente ao discurso oficial e à medição em termos de intensidade, conforme foi atrás demonstrado, as comunidades apontam níveis altos de violência e de brutalidade comparáveis com os da guerra dos 16 anos, ainda muito presente em suas memórias.

Contrariamente à ideia de uma guerra não declarada ou de uma guerra de baixa intensidade que, do ponto de vista teórico, não foge dos pressupostos das medições econométricas, Victor Igreja (2015) classificou este período como sendo de “guerra civil”. Fê-lo, dividindo-o em dois momentos. O primeiro foi entre 2012-2014 e classificou-o como o da segunda guerra civil e que teve como marco final a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades Militares (ACHM, 2014), assinado pelo então Presidente da República, Armando Guebuza e pelo Líder da Renamo, Afonso Dhalakama. O segundo momento foi entre 2015-2017, isto é, pós-

eleições de 2014. É o da terceira guerra civil. Ainda que sem acordo formal, culminou com o estabelecimento de uma trégua por tempo indeterminado (IGREJA, 2015), mas depois terminou com a Assinatura do Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional, em 2019, assinado entre Filipe Nyusi, Presidente da República e Ossufo Momade, Presidente da Renamo.

Na linha de argumentação de Victor Igreja, o conceito de guerra aplicado à realidade moçambicana é, potencialmente, encaixável se tomar em consideração os altos níveis de violência e “brutalidade” envolvidos. Todavia, a sua divisão em segunda e terceira guerra “civil”, tendo como marcos cronológicos a assinatura dos acordos de paz é problemática por duas razões fundamentais. Primeiro, artificialmente trunca desenvolvimentos políticos e económicos que podem levar décadas, senão gerações, mas essenciais à compreensão da violência. Segundo, estabelece uma divisão artificial entre conflitos que podem ter as mesmas raízes em termos de motivações e reivindicações (CROCKER e HAMPSON, 1996; TOFT, 2010; CALL, 2012).

Quando o conflito violento deflagrou em Moçambique, em 2012 e se intensificou em 2013, o sinal mais visível foi a emergência de uma crise de deslocados e de refugiados. A vaga de refugiados foi registada no vizinho Malawi que, já começava a alertar para o risco de uma catástrofe humanitária sem precedentes, caso a situação persistisse. Aos apelos das autoridades malawianas, juntou-se o ACNUR que ia apelando ao governo moçambicano para lidar com a situação. Curiosamente, as autoridades moçambicanas não só se recusavam a assumir a crise como também refutavam a ideia da existência de guerra a que os refugiados fugiam, tal como ilustram os seus discursos públicos, por vezes desalinados e contraditórios.

Quando confrontado sobre a situação de refugiados moçambicanos no Malawi, aquando da sua participação na XXVI

Cimeira anual dos Chefes de Estado e de Governos da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, em 2016, o Presidente Nyusi disse que o assunto deveria merecer uma abordagem mais ampla e minuciosa, pois a linha de fronteira entre Moçambique e Malawi não é clara em determinadas regiões e que muitos cidadãos assumem a nacionalidade moçambicana ou malawiana em função das suas conveniências de momento. Justificando este seu posicionamento, Filipe Nyusi assegurou que o corpo diplomático de Moçambique no Malawi estava a acompanhar a evolução dos acontecimentos. Desta feita, não podia correr riscos de chamar de refugiados a um movimento migratório que é regular. Ademais, nas suas palavras “existe um movimento ao longo da fronteira que é desencadeado por uma série de fatores, tais como a seca e distribuição de fertilizantes (NYUSI, *Blogpost Moçambique Terra Queimada*, 7 Fev. 2016). Na sequência disso, um Plano Integrado de Desenvolvimento (PDI), incluindo a construção de infraestruturas sociais (estradas, pontes, escolas, postos de saúde, serviços de registos) ao longo da fronteira com o Malawi, para melhorar as condições de vida das populações, seria necessário.

Corroborando a perspectiva do Presidente Nyusi, Ana Comoane, então Vice-Ministra da Cultura e Turismo e porta-voz do Conselho de Ministros, afirmou que “as causas fundamentais destas migrações estão relacionadas com factores de ordem natural e social, nomeadamente a questão da seca e a tensão política” (ANA COMOANE, @Verdade, Fev. 2016). Há, aqui, um reconhecimento tácito do factor “tensão política” e seus efeitos na produção da violência e, por consequência, refugiados.

Entretanto, embora o Conselho de Ministros reconhecesse a influência da “tensão-política”, o governador da província central de Tete, uma das afetadas pelo conflito violento, quando confrontado com informações que davam conta da existência de refugiados disse: “nem me

fale de refugiados porque não há nenhum refugiado. As crianças e as mulheres que se encontram no Malawi são familiares dos homens armados da Renamo” (PAULO AWADE, *O País*, Mar. 2016).

Para as autoridades de Maputo, “o estatuto de refugiados, não é automático, pois a atribuição dessa categoria subordina-se a requisitos que incluem ser requerente de asilo, mas, independentemente disso, a componente humanitária se sobrepõe a essa questão”, assegurou Oldemiro Baloi, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, numa sessão na AR (AR, 2016). Por isso mesmo, disse Adérito Matagala, Diretor do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR): “para o governo moçambicano estes indivíduos deviam ser vistos como deslocados por força das calamidades naturais e não refugiados. O país vive uma paz, uma tranquilidade e não há guerra [por isso] não se pode falar de refugiados. Parece haver aqui uma agenda oculta ou mesmo algum aproveitamento neste caso dos deslocados moçambicanos no Malawi” (ADÉRITO MATAGALA, *CANALMOZ*, Fev. 2016).

O desalinhamento entre os governantes moçambicanos e entre estes e as autoridades malawianas produziu um mal-estar entre os dois países, ao ponto de uma delegação moçambicana ter sido interdita pelas autoridades malawianas e da ACNUR de visitar o campo de refugiados de Kapise, no Malawi. Estas autoridades exigiam da sua contraparte moçambicana um documento formal de entendimento ao mais alto nível, no qual o Estado moçambicano assumia a existência de refugiados. Na verdade, nos relatos as populações refugiadas diziam “estarem a fugir das atrocidades das FDS que, acusando-os de colaborar e encobrir homens armados da Renamo, os torturavam, queimavam as suas casas, celeiros e violavam as suas esposas e filhas (*focus group* com refugiados no campo de Kapise, Malawi, 02/02/2017)”. Muitos destes, com marcas de violência e angústia nos seus rostos, tal como observado durante

o trabalho de campo, cruzaram as fronteiras apenas com haveres básicos, deixando para trás muitos dos seus pertences e até familiares em busca de segurança.

Para além do distanciamento e dos discursos contraditórios no seio da elite governante, o recente período de conflito violento (2012-2017) também foi rotulado por alguns autores como uma guerra de baixa intensidade (WIEGINK, 2015; DARCH, 2018), tensão político-militar e guerra localizada (Governo e a Renamo), terminologias que podem servir para descrever esse contexto até um certo nível. Essas classificações são, deveras, limitadoras, pois introduzem, isto a avaliar pelas experiências comunitárias no dia-a-dia do conflito violento, uma aparência que suavizava os níveis de violência através da criação de escalas, como se a guerra fosse racional, conveniente e com consequências marginais. Na verdade, as experiências comunitárias durante o conflito violento retratam níveis altos de violência e até as comparam com a da guerra dos 16 anos.

A leitura minimalista com que foi visto o conflito violento também se reflectiu na visão das elites locais, nos distritos de Mopeia, Morrumbala e Gorongosa. Para as elites locais, não foi a guerra mas uma situação que criou transtornos. Como assegurou uma entrevistada: “a situação política para este período não está estável, mas também não está muito violenta. Está na mediana. Quer dizer, não oferece tranquilidade suficiente para o moçambicano, mas também não estremece tanto porque dá um pouco de espaço para fazer algo que os moçambicanos pensam em realizar, embora com muito receio” (Entrevistado 1, 10/08/2018).

Corroborando a opinião de que não se tratou de guerra, uma outra entrevistada observou que, “quando se trata de guerra é porque todo o mundo em guerra. Ela se teria alastrado por todo o país. Mas os ataques eram localizados. Onde há guerra, os militares estariam a circular. Aquilo era uma espécie de garantia de segurança e

tranquilidade públicas, por isso, estavam os homens da FIR [UIR]” (Entrevistado 2, 06/07/2017). Esta perspectiva é consentânea com a prática governamental durante o conflito violento, pois, muitas vezes, recorreu às FIR/UIR no lugar das FADM. Entretanto, tratava-se de um recurso aparente, pois tal como deu a entender um dos entrevistados, “nós os militares, quando escalados para o teatro das operações éramos obrigados a usar a farda da FIR/UIR” (Entrevistado 3, 14/10/2016). Subjacente a esta ideia, estariam dois factos. Em primeiro lugar, tratava-se de não dar a entender que se estava em guerra. Em segundo lugar, havia um receio de fuga de informações estratégicas, porque, embora fosse um exército republicano, a divisão exército governamental/guerrilha da Renamo era saliente.

Por esta razão, não surpreende que muitas das populações das sedes distritais, na sua maioria funcionários da administração pública local, fossem instrumentalizadas para não falarem de guerra, mas, sim, de “tensão político-militar”. Durante as entrevistas, muitas delas deixaram escapar este argumento. Como se pode notar nas palavras de um entrevistado “[...] quando iniciou, não vou dizer guerra, pois éramos ditos pelo Sr. Administrador e Camarada Secretário do Comité Distrital do Partido Frelimo que, não podíamos chamar de guerra, mas sim, tensão político-militar que existia entre a Renamo e o governo da Frelimo”; embora o mesmo entrevistado reconheça que “foi uma situação alarmante que inquietou o povo, em particular na localidade de Sabe, em Morrumbala”. Nas suas palavras, “em 2015, boa parte das localidades e povoações foram, completamente desabitadas por causa dos confrontos”. Por isso, assegura que, “não fosse o conflito militar, a mesma estaria muito desenvolvida, pois é a primeira localidade do distrito de Morrumbala que beneficia da corrente elétrica. É uma zona muito estratégica, em termos de produção agrícola. Foi uma situação que deixou a desejar, uma vez que as crianças tiveram de

abandonar as aulas, os professores também. Foram mais de 3000 alunos que abandonaram a escola” (Entrevistado 4, 07/06/2017).

Na verdade, as elites locais reconhecem e descrevem os “transtornos”, mas não reconhecem a guerra, muito por conta de uma ordem superior. Entretanto, salientavam nos seus discursos que, naqueles momentos e situações foi, por exemplo, difícil levar programas de saúde para muitos locais. Reconhecem ainda que os projetos comunitários foram retardados e, por consequência, as comunidades se tornaram mais pobres do que eram antes. Conforme reconheceu uma entrevistada: “tive plano de visitar algumas localidades onde deveriam decorrer campanhas de pulverização, mas não consegui, pois as zonas tinham sido militarmente ocupadas. Houve impedimentos! Não se deixava entrar a ninguém. Nem mesmo a Saúde [...] a população ficou prejudicada (Entrevistado 5, 10/08/2018).

Por isso, o que existiu é um transtorno no desenvolvimento daquelas comunidades. Conforme assegurou um outro entrevistado,

Todos os projetos que cada morador tinha daquelas regiões acabaram não tendo efeitos. Obrigou as comunidades a abandonarem as suas casas, seus bens e suas machambas e passar fome em zonas impróprias. Para regressar e retomar a vida também é mais um trabalho. É o mesmo que renascer. Aí obriga novos projectos. Aquilo foi um total abandono [...] Sim, na verdade, a comunidade ficou retardada. Mesmo para a situação de escolas, por exemplo, não puderam ser visitadas. Numa das vezes, um dos chefes chegou a ser retido violentamente, mas depois de certas ligações e explicar-se de que tipo de chefe se tratava, libertaram. Até hoje não se faz monitoria nenhuma, pois a parte dos responsáveis da educação estão com medo. Aí que tipo de desenvolvimento se encontra nessa área? (Entrevistado 6, 12/05/2017).

Para quem vivenciou os ataques, os assassinatos, as destruições e saque de bens, tais como, casas, viaturas, motorizadas, bicicletas e celeiros e viu-se forçado a abandonar a sua residência, refugiando-se em locais seguros, considera aqueles eufemismos como falhas ou ainda tentativas de silenciar o seu sofrimento. Esta situação remete para o debate sobre o poder representativo de quem fala, ou seja, a verdade narrativa local não se conforma necessariamente com aqueles a quem atribuímos autoridade. Por exemplo, durante o trabalho de campo constatou-se que as pessoas que alegavam que falavam a verdade sobre o conflito violento (2012-2017), mormente, as elites locais e, na sua maior parte quadros da Administração Pública local, se encontravam na mesma condição que o investigador, ou seja, na condição de observadores e não de viventes ou sobreviventes e a comunidade local os descrevia como “estrangeiros”.

Na verdade, tentava-se suavizar a coisa, disse um entrevistado. Na sua argumentação, para quem estava dentro dos grandes centros urbanos, por exemplo, nas capitais provinciais e nas sedes das vilas, não conseguiu perceber. Aliás, segundo o entrevistado, “visto na Televisão, parecia algo passageiro, mas para quem se fazia a EN1, mais concretamente na zona entre Zero e Luála, em Mopeia, se deparava com muitas barreiras quer dos militares da Renamo, quer das tropas governamentais”. Na sequência, questionou: “quantas pessoas não pereceram no Zero? Está ver aqui no Navena? Nós tivemos um cadáver ali ao lado da estrada e ninguém apareceu a reivindicar o corpo. Com as queimadas do verão, o corpo se transformou em cinzas. As pessoas eram mortas e outras perseguidas. Espalhava-se o medo e o terror. Tivemos pessoas deslocadas, em Morrumbala, aquela zona do Zero praticamente já não se vivia, era zona de guerra. Então, era guerra eminente” (Entrevistado 7, 07/07/2017).

A ideia de guerra pode ter resultado da experiência não muito longínqua. De facto,

tendo em conta que Moçambique saía de um conflito de 16 anos, as pessoas tinham ainda ressentimentos daquelas feridas, tanto mais que até agora há vestígios de infraestruturas destruídas que avivam a memória e a mente das pessoas sobre as consequências da guerra. Muitas delas já se tinham reerguido das sequelas da guerra anterior, já tinham recuperado, algumas já tinham casas cobertas de chapa de zinco, outras já tinham o material para construir uma habitação condigna. Voltar novamente a perder o seu espólio criou um grande ressentimento e mágoa.

Como assegurou um jornalista de uma das rádios comunitárias,

Pessoalmente vivi um episódio, um ataque no Zero [Distrito de Mopeia]. O ataque foi lá para as 5 ou 6h. Às 7 horas nós estávamos lá. Especialmente para fazer reportagem. Foi uma questão muito triste. Chegar no Zero que é um lugar muito movimentado e tem comerciantes, mas não vimos sequer uma pessoa a passar. Os que circulavam no Zero eram militares com armas empunhadas. Militares frustrados [...] foi um momento de muita tristeza, pois as pessoas fugiram e houve gente que veio na calada da noite e subtraíram os seus bens. Houve gente que foi capturada e morta. Agora podemos não clarificar, mas há vestígios. Há certas pessoas que podem dizer que este fulano não está, que esta banca está fechada porque o fulano foi degolado. Degolado tipo Galinha. Isto aconteceu. Vimos também militares, militares feridos, cansados que em algum momento tu olhavas para ele e dizias este se houvesse possibilidade agora de uma outra terra que não fosse esta, sairia daqui para ir viver nela. Tanto mais que alguns militares largaram armas e foram-se embora (Entrevistado 8, 09/08/2018).

VOZES COMUNITÁRIAS: uma recusa dos eufemismos “tensão política e militar, guerra localizada e de baixa intensidade”

A ideia de guerra, sofrimento e vingança está muito presente no imaginário das

comunidades. Ou seja, “vivemos no sofrimento, por causa das correrias. Muitas casas foram queimadas. Nós assistimos isto” (*FOCUS GROUP*, entrevista 08/07/2017). “Aqui ficou deserto, por causa da guerra”, disse um líder comunitário que, também não escapou às consequências da guerra, pois contando, afirmou: “já tive a minha casa por aqui, mas foi destruída. Tinha sido capturado pelas tropas da Frelimo e me colocaram dentro do blindado alegando que era informante da Renamo e foi muito duro para mim [...] fui duramente torturado. Depois fui libertado e fugi para Marrromeu, Sofala (Entrevistado 11, 10/08/2018).

Dois outros líderes comunitários entrevistados confirmaram que, “ao nosso ver, foi uma situação complicada. Só vimos a guerra. Ficamos em debandada. Nem tempo para irmos ao mato tivemos. Vimos a ser amarrados e ser levados para a base da Renamo, fomos severamente torturados e ficamos presos durante 16 dias. Ficámos com um terror”. Na verdade, acrescentando, “vivemos uma guerra. As pessoas bebem água turva porque está tudo fechado. Não admitem a entrada de nenhum carro e autoridades para poderem colocar furos de água naquela zona. Esta água se tira a uma longa distância. As crianças não vão à escola porque os que estão lá só são homens armados” (Entrevistado 9 e Entrevistado 10, 11/08/2018).

Para outros, o que aconteceu era guerra, mas uma guerra entre irmãos. Como revelou um líder comunitário:

[...] essa guerra teve o ponto mais alto entre nós irmãos porque vendíamos uns aos outros, no sentido em que em função das nossas desavenças anteriores, aproveitávamos aquela situação para dizer que fulano, beltrano ou sicrano era da Renamo ou da Frelimo e, consoante o posicionamento e interesses das partes, eram recolhidos, torturados presos e até mortos. Ambos os lados torturaram, mataram. A guerra cresceu muito entre irmãos. Vendíamos-nos uns aos outros devido

à denúncia mútua, aquele é da Renamo, aquele é da Frelimo. Isto levou a mortes selectivas. Muita gente fugiu. Mas, aos poucos vão regressando. Eu pessoalmente tinha fugido para a Sede do Distrito. Fiquei lá de 2015 a 2017, em princípios deste ano voltei (Entrevistado 12, 11/08/2018).

Para os mais jovens, isto é, aqueles que nasceram no pós-AGP, tratou-se de guerra. Tal como foram partilhando: “nós não sabíamos como a guerra começou e onde terminaria. Vivíamos a vida a fugir. Ficámos à espera do entendimento entre os grandes até onde terminou em 2017. Daí começámos a regressar aos poucos às nossas casas. Mas sempre vivíamos nas esquinas” (Entrevistado 16, 11/07/2017). “Sim [acrescentando] sofremos muito. Éramos capturados, torturados, por isso, dormíamos no mato. Era obrigatório sair muito cedo de casa e voltar na calada da noite. São coisas que nunca tínhamos vivido e só ouvíamos dizer, mas desta vez, vivemos” (Entrevistado 15, 11/07/2017). É verdade, “a gente só ouvia Muxungue, Muxungue [...] mas acabou se alastrando para cá. Dormimos no mato e até hoje estamos a sofrer. Os nossos amigos estão até agora aqui [referência às Forças de Defesa e Segurança], o que nós queremos é que eles voltem por onde entraram para ficarmos entre nós e em paz (Entrevistado 13 e Entrevistado 14, 11/07/2017).

Mesmo para aqueles que já tiveram a experiência da guerra, participando como actores, classificam o contexto de 2012 a 2017 como de guerra. No trabalho de campo realizado numa aldeia de ex-combatentes da guerra dos 16 anos salientaram, em *Focus Group* (entrevista 22/08/2018), que, “aqui vivemos com medo. Dormimos no mato durante muito tempo. As nossas esposas grávidas passaram muito mal, algumas perderam os seus bebés”, disse um dos entrevistados. “Ele perguntou bem, procurou saber como nós vivemos aquele tempo de guerra. Devemos falar a verdade [...] mas são coisas muito difíceis de falar, mas temos que falar, podemos ser mortos ou

perseguidos, mas temos que falar”, disse um outro entrevistado. “Sim, nós, não porque termos a boca cumprida⁵, vamos dizer a verdade. Como nós vivíamos na porta de entrada, vivemos no sofrimento e na paz. Os nossos amigos não passavam, tal como noutras zonas, a obrigar contribuições em géneros alimentares. Eles tinham medo, essas casas que vês aqui são de pessoas que treinaram e participaram na guerra dos 16 anos. Eles quando ouviram isso evitavam passar por aqui. Mas, quando passavam, as pessoas dormiam no mato”, afirmou uma entrevistada. “É isso mesmo, o que disse a nossa amiga não é mentira. Cada um fala o que viu. Nós estamos aqui não porque tem a bandeira da Renamo, a bandeira que aqui tem é só da Frelimo. As pessoas daqui são todas da Frelimo e não da Renamo. Por isso, não contribuimos. Vocês contribuíram aqui em comida?” Perguntou alguém do grupo. Em coro, as mulheres responderam que “não!”.

Embora houvesse a identificação com a Frelimo e, por via disso, algumas tentativas de omissão das atrocidades cometidas pelas forças governamentais, há quem tenha tomado da palavra para “forçar a verdade”, tal como avançou um entrevistado: “Bom, eu vou dizer o seguinte: aqui tínhamos medo de ambos os lados. Tínhamos medo da Frelimo e também da Renamo. Muita gente foi morta aqui. Há pessoas que foram levadas em blindados das FDS e foram mortas injustamente”. Tomando a palavra, um outro entrevistado salientou, “é verdade, por exemplo, algumas mães aqui perderam os seus filhos, por isso, se nós escondermos não lhe vamos dar uma imagem real da guerra. Temos que falar de tudo o que aconteceu. Mãe pode falar! É essa mãe que perdeu os filhos”. “O que é que eu vou falar? Se eu falar, sei que a guerra acabou? Vou falar o quê?”, disse, visivelmente emocionada, a anciã que perdeu os seus dois filhos raptados pelas FDS, em 2015, e de quem, até a altura, não se sabe o paradeiro (FOCUS GROUP, entrevista 22/08/2018).

De facto, o medo de falar foi muito notório no trabalho de campo, pois, apesar das tréguas, os homens armados continuavam a circular por aquelas regiões. Por isso, como teria dito um líder comunitário, “para nós, a guerra não acabou. Nos parece que travou apenas, porque os soldados estão aqui. Os nossos amigos estão no mato. Se eles forem embora daqui nós vamos nos mobilizar entre irmãos. Vamos viver em paz. Assim que estou a falar, há pessoas que não põem os pés aqui porque são da oposição e estão com medo, mas são famílias inteiras. Se eles forem, nós teremos os nossos próprios mecanismos de reconciliação” (Entrevistado 12, 11/08/2018).

Refira-se que, em meio aos eufemismos “tensão político-militar”, guerra de baixa intensidade, as elites políticas, não raras vezes, deixaram escapar a ideia de que, materialmente, se estava em guerra. Isto foi diversas vezes reconhecido pelo próprio PR. Por exemplo, num comício popular por si orientado em Dezembro de 2017, na vila de Inhassoro, em Inhambane, Nyussi disse que “o povo incumbiu-nos uma missão, que é parar com a guerra e resgatar a paz, daí que a minha ida à Serra da Gorongosa, para dialogar com o líder da Renamo, se circunscreve no cumprimento dessa missão honrosa confiada pelo povo, de trazer a paz efetiva para o país”. No mesmo diapasão, o líder da Renamo, em entrevista à Agência Lusa, sublinhou que “a guerra, para mim, já acabou, não acredito que vamos voltar a disparar morteiros. Poderá haver violação da paz, o que existe são provocações, então, é preciso haver garantias de segurança” (DHLAKAMA, AIM, 2017).

Concomitantemente a este reconhecimento “oficial”, seguiu-se o uso frequente por parte das elites militares e políticas de noções tais como: “postos de controlo”, “teatro de operações” e de “bases militares”. Subentendendo, simultaneamente, todo o espaço terrestre, marítimo ou aéreo envolvido em operações de conflito armado e, também, parte que é necessária para desencadear operações

militares ofensivas ou defensivas ou para ser utilizada de acordo com uma determinada missão e das tarefas administrativas e logísticas resultantes dessas operações (LEI 15/92; IGREJA, 2015; MESAM, 2018). Portanto, ao mesmo tempo em que as elites silenciavam a guerra, recusando-se a reconhecê-la como tal, utilizavam nos seus discursos conceitos que remetem para uma situação de guerra.

“O Acordo de Paz e Reconciliação foi o culminar de uma etapa do longo processo de diálogo político que encetamos com a liderança da Renamo, visando pôr fim a um conflito armado que, ainda que localizado, dilacerava o tecido social e económico do país, bem como condicionava o aprofundamento do Estado de Direito Democrático” (NYUSI, 2020, MAGAZINE INDEPENDENTE, 11 de Agosto, 2020). “Somos nós moçambicanos que escolhemos enterrar definitivamente, a confrontação armada e a violência porque sabemos quão nefastos são os horrores da guerra para as presentes e futuras gerações”. ...tornar inequívoco o silenciar das armas e o enterrar das hostilidades militares.

Como se pode notar, em certo sentido, o conceito de guerra presente no ideário das elites políticas e militares e nas narrativas quotidianas das comunidades locais oscila entre o reino do evento, do que aconteceu, e os planos do não-evento, do boato e de rumores. Ambos os planos do evento até certo ponto são reais, mas de uma forma distorcida, onde a guerra não é apenas total e totalizante, mas também, grosseiramente excessiva e demonstrando alguma furtividade.

Os dados revelam ainda que o conhecimento sobre a guerra é frequentemente contraditório, havendo sempre zonas de indefinições, isto é, zonas nem de guerra e nem de paz. De facto, o conhecimento sobre as batalhas, as mortes, as torturas ou prisioneiros, em territórios em situação de conflito violento, normalmente se infiltra e se funde nos domínios públicos, concorrendo para silenciar ou visibilizar a

violência. Assim sendo, corroborando MORIER-GENOUD (2017), o contexto moçambicano no período entre 2012 e 2017 é de “guerra de guerra”, caracterizado por formas heterogêneas de confrontos armados entre as forças governamentais e grupos geralmente considerados como afiliados à Renamo. Na verdade, esta é uma forma de guerra que não foi oficialmente declarada.

Nesse *continuum* de uma guerra não-declarada, abrangente, mas não total, o Estado tornou-se a sua própria máquina de guerra, desequilibrando, simultaneamente a própria distinção entre noções convencionais de Estado e não-Estado. Além do mais, a existência de zonas de penumbra, ou seja, de zonas de indistinção militar e civil, ou ainda, de guerra e não-guerra, a noção de controlo soberano do território conquistado através de batalhas instaurando nelas postos de controlo, trazendo a modernidade para as comunidades, e bem como a possibilidade de punir, disciplinar e coagir as populações para fins extractivistas ou de acumulação, tornaram-se comuns. Com efeito, olhando para o mundo do ponto de vista de Moçambique, há a sensação de que a noção de guerra e não-paz aqui prefigurou desenvolvimentos globais, onde os cidadãos são mobilizados como agentes de guerra, lutando em batalhas invisíveis contra “terroristas” rotulados inimigos internos.

IMPLICAÇÕES DO SILENCIAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA PARA A PAZ ESTRUTURAL

Tanto a literatura teórica quanto a práxis sobre a gestão de conflitos contemporâneos reconhecem que os corações e as mentes daqueles que vivenciaram directamente a conflitualidade violenta estão, não só devastados, como também necessitados de reconstrução. Nesse contexto, o sucesso da construção e consolidação da paz, a paz estrutural, depende, pelo menos em parte, da forma como as diferentes narrativas são

ouvidas, conciliadas e corporizadas no pós-conflito.

Este exercício implica, por, em primeiro lugar, alargar a noção de violência e, ao mesmo tempo, reconhecê-la. Isto passa por analisar as formas de violência não mensuráveis, desenvolvendo quadros de investigação que possam captar as práticas diárias e as expressões de violência num nível microinteraccional e interpessoal, ou seja, as experiências vividas pelo(s) indivíduo(s) que normaliza brutalidades e terror ao nível das comunidades, criando, por consequência, um *ethos* de violência.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, no terreno da violência, nem tudo é violência. Há, dentro desse espaço, zonas de paz, operacionalizadas por meio dos micro-acordos de paz. Trata-se de acordos “informais” firmados entre comunidades e grupos desavindos que lhes permitem conviver junto das comunidades, sobretudo, em eventos noturnos e nas comemorações comunitárias. Estes acordos refletem um processo de reconciliação a partir da base. Esta situação não é nova. Existem relatos da ocorrência de situações similares, quer na guerra colonial, quer na guerra dos 16 anos. Mas a questão que se levanta é como é que os acordos gerais de paz corporizam os micro-acordos no sentido de produzirem uma verdadeira reconciliação da base ao topo.

A prática da reconstrução e consolidação da paz em contextos pós-conflitos em Moçambique tem sido a de silenciamento das experiências de violência. Não há um reconhecimento das vítimas e nem pedidos oficiais de desculpa. Portanto, a preocupação com o processo de paz estrutural não assenta na construção de visões de sociedades compartilhada e justa, o reconhecimento do passado e a construção de relações positivas que possibilitem a transformação do conflito.

A paz estrutural é viável quando construída e apoiada por indivíduos que viveram e foram vítimas da conflitualidade violenta e

quotidiana – e não por um grupo ou governo – que constroem, por meio de suas narrativas e relações interpessoais, uma cultura de paz. Portanto, a coexistência entre grupos que se “vendiam mutuamente” é restaurada por meio da reforma do funcionamento social e das crenças, que foram afectadas por uma cultura de guerra e por uma tendência à desumanização do grupo antagonista.

Assim, por um lado, ouvir e ecoar as narrativas comunitárias relativamente às suas vivências em contextos de conflitualidade violenta é uma forma de encorajar a maior parte da sociedade a aderir à sua “verdade” histórica. Por outro, os encontros sob forma de *Focus Group* que reuniram um pequeno e diversificado grupo (homens, mulheres, jovens) narrando as suas experiências, contribuíram para modificar as representações cognitivas e emocionais dos presentes. E, por conseguinte, construíram, por meio delas, uma compreensão minimamente consensual do conflito e dos eventos violentos o que, por sua vez, lhes permitirá desenvolver relações fundadas na vontade de um viver comum.

Estas experiências e vivências de campo se transformaram numa forma de construir a paz de baixo para cima, embora não institucionalizada e limitada àquele contexto, mas talvez mais ambiciosa. De facto, ouvir narrativas diferentes e contraditórias, mas francas e abertas abrem espaços para promover formas locais de reconciliação e de gestão não violenta de conflitos por meio da transformação vis-à-vis daqueles que se “vendiam mutuamente”.

Convirá, no entanto, salientar que ouvir e fazer ecoar diferentes narrativas de vivências de violência é por si só insuficiente para a paz estrutural. É necessário combiná-las a outros mecanismos de construção de paz de baixo para cima. Estes poderiam assumir duas formas principais. Primeiro, encontros organizados entre elites locais (líderes

comunitários, religiosos e sábios) ou pessoas comuns que geralmente vêm de grupos, que se “vendiam” uns aos outros, de um povoado ou localidade. Segundo, organizar-se treinamentos em matéria de gestão de conflitos de forma a possibilitar-lhes habilidades necessárias para prevenir a violência que possa, eventualmente, resultar de ressentimentos.

Dentro desse conjunto de práticas, as actividades vão desde centros para adolescentes, raparigas e mulheres, formação de mediadores locais, organização de debates comunitários miscigenados transmitidos ou não pelas rádios comunitárias, projectos de desenvolvimento local concebidos e implementados pelas comunidades, festivais de cultura. A ideia fundamental é escrever a história coletivamente e, por via disso, atenuar os sentimentos ou ressentimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou entender o porquê da dissonância entre o entendimento formatado de violência tanto na literatura como no discurso dos actores políticos e a experiência de violência vivida no terreno; como se reproduzem estes discursos dominantes e se silenciam os discursos das populações; quais as implicações da sua invisibilidade para a construção de uma paz estrutural em Moçambique.

Confrontando os entendimentos tanto da literatura dominante como das elites políticas sobre a partilha do poder e paz com as experiências e vozes das comunidades, baseadas na província central da Zambézia e Sofala, conclui-se o entendimento da literatura dominante sobre a paz e conflitos, bem como os discursos das elites políticas, evidenciam limitações epistemológicas e ontológicas e, por consequência, (re)produzem uma agenda de investigação para a pacificação e não para a emancipação e para a construção da paz estrutural.

Nesse contexto, não surpreende que, por um lado, as visões das elites políticas sobre a

paz e violência não captem histórias vividas pelos cidadãos em contextos de conflitos violentos e, por outro, no processo de construção e consolidação da paz e do Estado, as aspirações comunitárias, sejam, comparativamente, negligenciadas em detrimento das abordagens dominantes *top-down*. De facto, o foco e o alcance actual deste processo são as elites e instituições nacionais, sem grandes considerações sobre processos *bottom-up* ou ainda sobre as tensões entre instituições, elites, partidos políticos e segmentos da sociedade marginalizados.

Estimular e institucionalizar práticas de construção da paz de baixo para cima colocando em diálogo diferentes narrativas sobre experiências de violência diárias em contextos de conflitualidade violenta, não é apenas uma solução pragmática depois de perceber que as políticas de cima para baixo tendem a excluir as comunidades locais, é também uma demonstração da confiança na capacidade do indivíduo comum de se livrar do silenciamento a que é sujeito em contextos de pós-conflito.

As comunidades locais têm assumido esses mecanismos primários de promoção da paz estrutural, todavia é necessário fazer-mais. Como se disse ao longo do texto, tanto nos relatos dos *focus group* como nas entrevistas individuais realizadas, predominam dois tipos de lógicas sociais de conflitos violentos: conflitos binários, geralmente intracomunitários, envolvendo famílias ou grupos que se denunciaram mutuamente e foram vítimas de punição pelas facções beligerantes e mecanismos de construção de paz que não toma em conta essas experiências. Os primeiros podem ser contornados mediante à constituição de grupos mistos, e lideranças de opinião, exercidas por elites locais intermediárias, com destaque para os líderes comunitários, religiosos, mulheres e crianças. O segundo, mediante ao estabelecimento de projectos de desenvolvimento local pensados, planificados e implementados pelas respectivas comunidades.

Como resultado, poder-se-ia cimentar relações interpessoais, por exemplo, amigáveis, consideradas independentemente das identidades sociais pré e durante o conflito violento. Aliás, essas práticas, são preferidas aos modos políticos e jurídicos de regulação de conflitos violentos que são baseados em normas decretadas por terceiros e beneficiam, essencialmente, as elites político-militares. As relações privadas e de coexistência comunitárias construídas nesses moldes tenderão a serem vistas como “sinceras”, pessoais e comunitárias, ao contrário das relações políticas, sempre julgadas falsas e puramente instrumentais pelas comunidades locais.

REFERÊNCIAS

ACNUR. UNHCR. **Clashes drive Mozambicans to seek safety in Malawi.**

2016. Disponível em:

<http://www.unhcr.org/news/latest/2016/1/5698ea5c6/clashes-drive-mozambicans-look-for-safety-malawi.html> Acesso em: 24.05.2016.

AR. **Intervenção de Sua Excelência Oldemiro Baloi, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, na Assembleia da República, sobre a situação dos Refugiados Moçambicanos no Malawi:** Maputo: Assembleia da República, 03 de Março, 2016.

AZAM, J. P. *et al.* “Violence Against Civilians in Civil Wars: Looting or Terror?”

Journal of Peace Research, v.39, p. 461-485, 2002.

BALCELLS, L. “Rivalry and Revenge. Violence Against Civilians in Conventional

Civil Wars” **International Studies Quarterly**, v. 54, p.91–313, 2010.

BALCELLS, L. (2011) "Continuation of Politics by Two Means: Direct and Indirect Violence In Civil War" **Journal of Conflict Resolution**, v.55, n.3, p.397-422.

BALCELLS, L.e Justino, P. "Bridging Micro and Macro Approachs on Civil Wars and Political Violence: Issues, Challenges, and the Way Forward" **Journal of Conflict Resolution**, p. 1-7, 2012.

BAR-SIMAN-TOV, Y. **From Conflict Resolution to Reconciliation.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

BIERMANN, F. *et al.* "Environmental Degradation as a Cause of Conflict? Theoretical Conceptualization and Empirical Analysis of Relationship between "Environment" and "Security" **Law and State**, v.59, n.60, p.158-195, 1999.

BOURGOIS, P. "The power of violence in war and peace: Post-Cold War Lessons from El Salvador" **Ethnography**, v.2, n.1, p. 5-34, 2011.

CALL, C. **Why Peace Fails: The Causes and Prevention of Civil War Recurrence.** Georgetown: University Press, 2012.

COLLIER, P. and HOFFLER, A. "On the Incidence of Civil War in Africa" **Journal of Conflict Resolution**, n.46, v.1, p.13-28, 2002.

CHUME, C. “Conflito em Moçambique entre a RENAMO e o Governo”, **DW África - Voz da Alemanha em Português.**
<http://www.dw.com/pt/conflito-em-mo%C3%A7ambique-entre-a-renamo-e-o-governo/a-17175392> acesso em: 23.08.2016

CRAVO, T. Os Estudos para Paz, *In.* Duque, Raquel *et al.*, (Coord.), **Segurança Contemporânea.** Lisboa: PACTOR, 2016.

CROCKER, C e HAMPSON, F. Making Peace Settlements Work. **Foreign Policy**, p.54-71, 1996.

DARCH, C. **Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa**

- Perspetiva Histórica.** Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.
- DE BRITO, L. "Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique". In. DE BRITO, L. *et al.*, (cord.) **Desafios para Moçambique 2014.** Maputo: IESE, 2014.
- DELLA, R. **Moçambique da Guerra à Paz - História de Uma Mediação Insolita.** Florianópolis: Editora Universitária, 1998.
- DESROSIÈRES, A. **La politique des grands nombres: Histoire de la raison statistique.** Paris: La Découverte, 1993.
- DESROSIÈRES, A. "Managing the Economy", in Porter, Theodore; Ross, Dorothy (eds.) **The Cambridge History of Science.** New York: Cambridge University Press, 2004.
- DHLAKAMA, A. "Afonso Dhlakama diz que sairá do esconderijo depois que houver garantias de segurança", **Agência de Informação de Moçambique (AIM)**, <https://noticias.mmo.co.mz/2017/03/afonso-dhlakama-diz-que-saira-do-esconderijo-depois-que-houver-garantias-de-seguranca.html> acesso em: 23.03.2017
- EBERWEIN, W. D. and CHOJNACKI, S. "Scientific Necessity and Political Utility: A Comparison of Data on Violent Conflicts", **conference 'Identifying Wars: Systematic Conflict Research and its Utility in Conflict Resolution and Prevention'** Uppsala, Sweden June 2001. <http://www.wz-berlin.de/i> [18 de abril de 2016]
- ECK, K. In Data We Trust? A Comparison of UCDP GED and ACLED Conflict Events Datasets. **Cooperation and Conflict**, v.47, n.1, p.1-19, 2012.
- FARMER, P. An Anthropology of Structural Violence. **Current Anthropology**, v.45, n.3, p.305-325, 2004.
- FAMBAONE, M. Entrevista no Jornal SAVANA, In. SAVANA, 15.04.2016, Mopeia, Zambézia.
- FEARON, J. and LAITIN, D. "Ethnicity, Insurgency, and Civil War" **American Political Science Review**, n.97, v.1, p.75-90, 2003.
- FERREIRA, M. and SANT'ANNA, T. "As Bases de Dados para Pesquisas em Paz e Conflitos: funcionalidades, similitudes e diferenças" **Boletim Meridiano 47**, v.16, n.149, p.20-28, 2015.
- FORQUILHA, S. "Descentralização e Conflito em Moçambique: o Desafio da Construção do Estado" in DE BRITO, Luís *et al.*, (org.) **Desafios para Moçambique 2017.** Maputo: IESE, 2017.
- FREIRE, M. R. and LOPES, P. D. "Reconceptualizar a paz e a violência: uma análise crítica", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.82, p.13-29, 2008.
- GALTUNG, J. *Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking.* Oslo: IPRI, 1967.
- GALTUNG, J. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v.6, p.167-191, 1969.
- GALTUNG, J. and HOIVIK, T. "Structural and Direct Violence: A Note on Operationalization" **Journal of Peace Research**, v.8, p.73-76, 1971.
- GALTUNG, J. (1988) "Typologies of Violence", **Essays in Peace Research**, v.6, p.271-272, 1988.
- GENTILI, A. Lessons learned for Mozambican peace process. **Istituto Affari Internazionali**, Working Papers, 1034, 2013.
- GLEDITSCH, N. *et al.* Armed conflict 1946-2001: A new dataset. **Journal of Peace Research**, v.39, n.5, p.615-637, 2002.
- GUEBUZA, A. **Presidente da República de Moçambique (2004-2014).** Entrevista na DW África, 06/08/2014.
- GUJAMO, R. C. **A transição democrática e a manutenção da paz em Moçambique entre 1992 e 2004.** Tese de doutoramento em História (Dinâmicas do

- Mundo Contemporâneo). Universidade de Lisboa, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora [12 de Dezembro, 2016].
- HEGRE, H. *et al.* "Predicting Armed Conflict, 2010-2050" **International Studies Quarterly**, v.57, n.2, p.250-270, 2012.
- IGREJA, Victor. "Os Recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique" in DE BRITO, Luís *et al.*, (org.) **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015.
- KALYVAS, S. **The Logic of Violence in Civil War**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- Ken, P. "Documents of Life 2: An Invitation to a Critical Humanism", **Forum: Qualitative Social Research**, v.3, n.1, p.1-8, 2002.
- MAC GINTY, R. Indigenous Peace-Making Versus the Liberal Peace, **Cooperation and Conflict**, v.43, n.2, p.139-163, 2008.
- MAINATO, C. Entrevista no Jornal SAVANA, *In*. SAVANA, 01.11.2013, Gorongosa, Sofala.
- MATSUO, M. "Concept of Peace in Peace Studies: A Short Historical Sketch". <http://home.hiroshima-u.ac.jp/heiwa/Pub/E20/conceptofpeace.pdf>. [28 de Abril de 2016]. 2007
- MEAM. **Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares (MEAM)**. Maputo/Gorongosa: Presidência da República de Moçambique, 2018.
- NORDSTROM, C. **Shadows of War: Violence, Power, and International Profiteering in the Twenty-First Century**. Berkeley: University of California Press, 2004.
- ØSTBY, G. **Horizontal Inequalities and Political Violence**, PhD Dissertation in Political Science, presented at University of Oslo. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd [19 de maio de 2016], 2011.
- NYUSI, F. "Moçambicanos refugiados no Malawi embaraçam Nyusi", **Blogpost Moçambique Terra Queimada**, <https://ambicanos.blogspot.com/2016/02/mocambicanos-refugiados-no-malawi.html> acesso em 07.02.2016
- NYUSI, F. "Compromisso Permanente de Trabalhar para a Paz", **MAGAZINE INDEPENDENTE**, 11 de Agosto, 2020.
- PFETSCH, F. and ROHLOFF, C. **National and International Conflicts, 1945-1995: new empirical and theoretical approach**. London and New York: Routledge, 2000.
- PFETSCH, F. **Conflict Barometer 2014: disputes non-violent crises, crises, limited wars, wars**. Germany: Heidelberg Institute for International Conflict Reserch, 2015.
- PORTER, T. **The Rise of Statistical Thinking, 1820-1900**. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- PORTER, T. **Trust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- PORTER, T. "The Social Sciences" in DAVID, Cahan (ed.) **From Natural Philosophy to the Sciences**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- PORTER, T. "Funny Numbers" **Culture Unbound**, v.4, p.585-598, 2012.
- PUREZA, J. M. "Estudos sobre a Paz e cultura da Paz", **Nação e Defesa**, v.95/96, n.2, p.33-42, 2000.
- PUREZA, J. M. e MOURA, T. "O Regresso da Paz Negativa? **Revista de História das Ideias, Tolerâncias, Intolerâncias**, v.25, p.157-168, 2004.
- PUREZA, J e CRAVO, T. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.71, p.5-19, 2005.

- PUREZA, J. O Desafio crítico dos Estudos para Paz. **Relações Internacionais**, v.32, p.5-22, 2011.
- RALEIGH, C. e HEGRE, H. "Poverty and Civil War Events: A Disaggregated Study of Liberia", **Journal of Conflict Resolution**, v.53, n.4, p. 598-623, 2009.
- RALEIGH, C. *et al.* Introducing ACLED: An Armed Conflict Location and Event Dataset. **Journal of Peace Research**, v.47, n.5, p.651-660, 2010.
- RALEIGH, C. and DOWD, C. **Armed Conflict Location and Event Data Project (ACLED) Cadebook 2016**. Disponível em: <http://www.acleddata.com/research-and-publications/working-papers/> [23 de fevereiro de 2016]
- RICHMOND, O. **A post-liberal peace: Eirenism and the everyday**, **Review of International Studies**, p.35, 557-580, 2009.
- ROCCA, R. **Moçambique da Guerra à Paz**. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998.
- ROSÁRIO, L. Entrevista no Jornal SAVANA, *In. SAVANA*, 01.11.2013, Maputo.
- SAMBANIS, N. What's Is Civil War? Conceptual and Empirical Complexities of na Operational Definition. **Journal of Conflict Resolution**, 48, 814-858, 2004.
- SARKEES, Meredith. "Inter-State, Intra-State, and Extra-State Wars: A Comprehensive Look at Their Distribution over Time, 1816-1997" **International Studies Quarterly**, v.47, n.1, p.49-70, 2003.
- SCHEPER-HUGHES, N. Small Wars and Invisible Genocides. **Soc. Sci. Med.**, v.43, n.5, p.889-900, 1996.
- SCHEPER-HUGHES, N. **Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil**. Berkley: University of California Press, 1992.
- SMITH, M. *et al.* **Management Research: An Introduction**. London: Sage, 1994.
- STEPHEN, B. "Humanitarian Law and Gender Violence: An End to Centuries of Neglect?", **Hofstra Law & Policy Symposium**, v. 3, Article 10, 1999.
- SINGER, D e SMALL, M. **Correlates of War Project: International and Civil War Data, 1816-1992 (Wages of War)**. Inter-university Consortium for Political and Social Research [distributor], 1994.
- STV NOTÍCIAS. **Relatos de Refugiados moçambicanos no centro de acolhimento de Kapise, Malawi**. Available in: <https://www.youtube.com/watch?v=TRDF A65pGZk>. 29.02.16.
- TOFT, M. **Securing the Peace: The Durable Settlement of Civil Wars**. UK: Princeton University Press, 2010.
- THALER, K. "Mixed Methods Research in the Study of Political and Social Violence and Conflict" **Journal of Mixed Methods Research**. Forthcoming, 2015.
- VINES, A. "Renamo's Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique" **International Peacekeeping**, v.20, n.3, p.375-393, 2013.
- WALLENSTEEN, P. *et al.* **Peacekeeping Operations: Global Patterns of Intervention and Success, 1948-2004**. Stockholm: Folke Bernadotte Academy Publications, 2011.
- WALTER, B. Does Conflict Beget Conflict? Explaining Recurring Civil War, **Journal of Peace Research**, v.41, n.3, p.371-388, 2004.
- WEIDMAN, N. "Violence from above or from below? The role of Ethnicity in Bosnia's Civil War" **Journal of Politics**, v.43, forthcoming, 2011.
- WIEGINK, N. "Former Military Networks a Threat to Peace? The Demobilization and Remobilization of Renamo in Central Mozambique", **International Journal of Security Development**, v.4, n.1, p.1-16, 2015.

WEIMER, B. and CARRILHO, J.
Political Economy of Decentralization in Mozambique: Dynamics, Outcomes, Challenges. Maputo: IESE, 2017.

Jornais

CANALMOZ. (2016) "À margem da XXVI Cimeira Anual dos Chefes de Estado e Governos da União Africana em Adis Abeba, Nyusi fala dos refugiados moçambicanos no Malawi", 30 de Jan. 2016.

CANALMOZ. "Matagala fala dos refugiados no Malawi", 598, 3 de fev. 2016.

LUSA. "PR demarca-se de discussão da lei da Renamo sobre autarquias provinciais" *Lusa*. 30 de abril. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa-pr-demarca-se-de-discussao-de-lei-da-renamo-sobre-autarquias-provinciais> [30 de abril de 2015].

O PAÍS. (2016) "Paulo Awade nega a existência de refugiados moçambicanos no Malawi", 16 de Mar. 2016.

RM. "Causas por de trás das deslocações das populações para o Malawi", **Rádio Moçambique**, 16 de Fev. 2016.

Legislação

LEI 15/92. **Lei da Aministia.** Maputo: Assembleia da República, 1992.

CRM. **Constituição da República de Moçambique.** Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

Lei 29/2014. **Acordo de Cessação das Hostilidades Militares (ACHM).** Maputo: Boletim da República, 2014.

Entrevistas

Entrevistado 1, Jornalista, 10 de Agosto de 2018

Entrevistado 2, Chefe da Localidade, 6 de Julho de 2017

Entrevistado 3, Camponês, Morrumbala, 14 de Outubro de 2016

Entrevistado 4, Camponês, Mopeia, 7 de Junho de 2017

Entrevistado 5, Professora, 10 de Agosto de 2018

Entrevistado 6, Camponês, 12 de Maio de 2017

Entrevistado 7, Historiador, 7 de Julho de 2017

Entrevistado 8, Comerciante, 9 de Agosto de 2017

Entrevistado 9, Comerciante, 11 de Agosto de 2018

Entrevistado 10, Camponês, 11 de Agosto de 2018

Entrevistado 11, Líder Comunitário, 10 de Agosto de 2018

Entrevistado 12, Líder do 2º escalão, 11 de Agosto 2018

Entrevistado 13, Comerciante, 11 de Julho de 2017

Entrevistado 15, Camponês, 11 de Julho de 2017

Entrevistado 15, Professor, 11 de Julho de 2017

Entrevistado 16, Camponês, 11 de Julho de 2017

FOCUS GROUP, refugiados, Kapise, Malawi, 2 de Fevereiro de 2017

FOCUS GROUP, antigos combatentes, 22 de Agosto de 2018

FOCUS GROUP, membros da comunidade, 22 de Agosto de 2018

NOTAS

¹ Trata-se de um tipo de violência em que a ferramenta de produção da violência não exige a presença física do ator. Nestes estão incluídos bombardeios, ataques com morteiros e mísseis, entre outros.

² O secretismo e o fechamento institucional que qualidades marcantes das instituições públicas em Moçambique, com destaque para o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e os Governos dos Distritos, constituíram um obstáculo à apresentação de dados sistematizados. Aliás, a ordem institucional definia que não se podia falar de refugiados e pouco se podia falar dos deslocados. Importa salientar que os dados que são aqui apresentados foram compilados a partir de

informações de jornais como o *DW-África*; *SAVANA* e o *Canal de Moçambique* e de agências internacionais, como a ACNUR e, especialmente, resultaram da observação directa no âmbito da pesquisa de terreno.

³ Director Nacional da Política de Defesa de Moçambique, em conferência de imprensa, em 09/02/2014.

⁴ Dados compilados da DW, Voz da Alemanha em Português. <http://www.dw.com/pt/conflito-em-mo%C3%A7ambique-entre-a-renamo-e-o-governo/a-17175392>

⁵ Expressão utilizada no sentido figurado para significar fofoqueiro.